

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Os trabalhadores da seção externa da fábrica do setor calçadista. A informalidade dos trabalhadores domiciliares de Nova Serrana - MG.

Filipe Raslan.

Cita:

Filipe Raslan (2009). *Os trabalhadores da seção externa da fábrica do setor calçadista. A informalidade dos trabalhadores domiciliares de Nova Serrana - MG. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1307>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/HOg>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Os trabalhadores da seção externa da fábrica do setor calçadista

**A informalidade dos trabalhadores
domiciliares de Nova Serrana - MG**

Filipe Raslan
Doutorando Sociologia,
Universidade Estadual de Campinas
fraslan@hotmail.com

DEFININDO O TEMA DE ESTUDO

O processo de reestruturação produtiva contemporâneo, enquanto um conjunto de transformações nas relações estabelecidas entre as empresas, a classe trabalhadora e o Estado, atingindo desde o âmbito organizacional do trabalho e a esfera tecnológica, até o estatuto das relações entre os agentes no mercado, insere-se numa fase específica de recomposição das formas da acumulação capitalista, observada particularmente a partir das três últimas décadas do século XX (BIHR, 1998; HARVEY, 1992).

O contexto de lento crescimento da economia mundial, as recorrentes crises econômicas pelas quais vêm passando os países periféricos nas últimas três décadas, e a grande crise que atinge

hoje o capitalismo central, a par do recuo das políticas de caráter protecionista dos Estados, resultaram num grande número de falências entre empresas de capital nacional, tendo sido uma parcela delas adquirida por grupos transnacionais, enquanto outras fundiram-se ou simplesmente desapareceram. O setor calçadista não foge a esta situação, tendo como uma das principais alternativas para enfrentar essa concorrência a subcontratação de parte da produção para redução dos custos, especialmente aquelas com uso intensivo de força de trabalho (NAVARRO, 2006, SUZIGAN, 2005; RUAS e ZAWISLAK, 2005; RUAS e ANTUNES JUNIOR, 1992).

Estas tendências têm sido observadas no cenário brasileiro e podem ser exemplificadas pelas subcontratações, dirigida pela indústria calçadista, de trabalhadores para a realização de parcela da produção em suas residências.

Geralmente, o trabalho a domicílio insere-se nas pontas das cadeias produtivas, muitas vezes com extensão internacional. De acordo com Lavinias *et alli* (2000) esse tipo de trabalho é uma das modalidades de trabalho informal, estando presente em cadeias produtivas que ultrapassam fronteiras nacionais. Uma das características fundamentais desse tipo de trabalho é sua feminização, fenômeno de inserção das mulheres nos mecanismos centrais de flexibilização associados à redução de custos, transferindo os riscos para os elos inferiores da cadeia produtiva com postos precários, insalubres, mal remunerados e destituídos de direitos trabalhistas (ABREU e SORJ, 1993).

Nova Serrana destaca-se por agrupar um grande número de empresas fabricantes de calçados, notadamente tênis e seus componentes. Esse município se localiza na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais a 112 km de Belo Horizonte às margens da BR – 262, na microrregião de Divinópolis. De acordo com SUZIGAN *et alli* (2005), esse pólo calçadista tem grande importância no cenário da indústria brasileira de calçados, respondendo, em 2002, a 55% da produção nacional de tênis e gerando entre 20 e 25 mil empregos diretos e indiretos no município e região.

O processo de terceirização da produção do setor calçadista acontece geralmente, segundo Navarro (2006), nas etapas¹ de corte e de costura. Contudo, diferentemente da indústria de Franca-SP, a indústria de calçados de Nova Serrana tem na etapa da costura a principal fonte de subcontratação de trabalhadores domiciliares. De acordo com Enoque (2003) em Nova Serrana há um processo de descentralização das fases produtivas. Enquanto o processo de corte, a montagem e o acabamento são etapas tipicamente fabris, a modelagem concentra-se no âmbito do Centro de Desenvolvimento Empresarial – CDE (É o sindicato patronal do setor calçadista de Nova Serrana) e a fase da costura é a etapa típica do âmbito doméstico.

¹ Modelagem, corte, costura, montagem e acabamento são as principais etapas do processo produtivo do calçado.

Assim, buscar-se-á apresentar, ainda que preliminarmente, como a reestruturação produtiva atinge os trabalhadores domiciliares do setor calçadista.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O modo de produção capitalista, enquanto metabolismo social, vem sofrendo profundas mudanças desde as três últimas décadas do século XX. Essas transformações são o resultado de uma crise no padrão de acumulação “fordista”, promovendo o aparecimento de um padrão de acumulação “flexível”, com substancial impacto sobre o mundo do trabalho (HARVEY, 1992).

O taylorismo-fordismo marcou profundamente a organização do trabalho durante longo período do século passado, mediante a forte predeterminação, hierarquização e especialização das atividades de trabalho, às vezes restritas à repetição exaustiva de algumas poucas operações manuais ou intelectuais, sempre divididas entre grupos distintos de trabalhadores nas empresas.

A partir da década de 70, contudo, este padrão de acumulação perdeu força e entrou em crise, passando a figurar um novo regime de caráter “flexível”. A luta da classe trabalhadora por maior participação política e melhores condições de trabalho, o acirramento da concorrência capitalista no plano do mercado internacional, a quebra do acordo de Bretton Woods, a hipertrofia do capital financeiro frente aos setores produtivos e aos Estados nacionais, a elevação do potencial destrutivo da indústria moderna – poluição ambiental e desemprego estrutural, entre outros elementos surgidos, vieram a abalar a manutenção deste regime de acumulação (ANTUNES, 2001; CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1992).

A flexibilização também atinge o escopo de produção das empresas, que passam a externalizar atividades periféricas através de processos de subcontratação (como as de terceirizações) ao longo das cadeias produtivas, emergindo daí um conjunto de pequenas e médias firmas que, na busca de adaptar-se às exigências de preço e qualidade na demanda das contratantes, numa relação marcadamente hierarquizada, terminam por lançar mão de práticas como a contratação informal dos trabalhadores. As subcontratações ampliam a fragmentação da classe trabalhadora, uma vez que o deslocamento dos trabalhadores entre as empresas ao longo das cadeias produtivas (e outros locais como residências – proposta neste projeto) geram modificações substantivas nas estruturas de filiação sindical, nem sempre absorvidas a tempo pelos sindicatos representantes das várias categorias, os quais têm tido suas bases minadas neste processo (MARCELINO, 2004).

Este complexo conjunto de transformações que perpassa verticalmente toda a estrutura do modo de produção capitalista, desde a atuação do Estado, passando pela esfera da circulação das

mercadorias e do capital financeiro e chegando à reorganização do trabalho no interior das empresas e entre elas nos mais diversos setores econômicos, teve grande impacto nos países de capitalismo periférico, como o Brasil.

ALGUMAS DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

Os primeiros traços da reestruturação produtiva no Brasil podem ser percebidos já em meados da década de 1980, embora a intensificação deste processo tenha sido generalizada dentro do quadro de reformas iniciado pela ascensão de Collor em 1990 e continuado ao longo dos governos posteriores, marcados pela abertura econômica, pelas privatizações e pela financeirização da economia².

A liberalização comercial, buscando “forçar” a *modernização* da indústria brasileira, provocou um desmonte de diversos setores do parque fabril nacional, imersos num *boom* de importações, resultando deste processo uma perda significativa de postos de trabalho, seja pela falência de indústrias face à concorrência externa, seja como decorrência da própria exigência de implantação de novas tecnologias e formas organizacionais “enxutas”, emergidas neste contexto (ANTUNES, 2002).

Alguns estudos mostram como foi se transformando, dentro desse novo cenário, a situação da classe trabalhadora no país. Um caso exemplar é o pólo industrial calçadista de couro em Franca, no interior de São Paulo, quando, no decênio de 1986 a 1996, deixaram de existir cerca de 16.000 postos de trabalho. Juntamente com a diminuição do emprego formalmente estabelecido nestas indústrias, houve um significativo aumento do trabalho precarizado, principalmente através de terceirizações pelas quais se subcontrataram os mesmos trabalhadores especializados, antes dispensados, mas desfazendo-se de importante parcela das obrigações trabalhistas. A redução dos custos de produção, para fazer frente à concorrência externa de preços do setor, fora obtida às custas dos trabalhadores, via intensificação da intensidade do trabalho dentro das fábricas pelo aumento das subcontratações, principalmente do trabalho informal realizado em domicílio (NAVARRO, 2003).

Dentro desta perspectiva de precarização do trabalho via terceirização, Crocco *et alli* (2001) afirma que o complexo calçadista dos países centrais do capitalismo se caracteriza pelo abandono de grandes mercados massificados, priorizando os conceitos de moda e estilo, com a concorrência se voltando para o *design* e qualidade das matérias primas e menos para os preços. Contudo, mesmo com os grandes avanços tecnológicos necessários para essa especialização produtiva requerida pelo desenho e pelo corte, a indústria de calçados depara-se com uma barreira no processo de automação

² Sobre financeirização Cf. Chesnais (1996).

industrial nas fases da costura e da montagem dos produtos, o que tem exigido alternativas flexíveis na organização da produção, o que leva empresários a terceirizar etapas que consomem muita força de trabalho.

Dentre as etapas da produção de calçado, a que sofreu mais impacto dessas novas formas de se organizar a produção foi a fase da costura que se caracteriza pelo uso intensivo de força de trabalho o que leva as empresas a adotarem a subcontratação como alternativa para redução de custos. Segundo Ruas (2005) a externalização do setor acompanha os traços *modernizadores* de outros segmentos industriais. A especificidade da subcontratação do setor calçadista está no tipo de relação que as empresas têm com seus fornecedores, caracterizada pela informalidade, particularmente pelo trabalho domiciliar praticado em bancas ou ateliês. Estas bancas ou ateliês domiciliares são locais onde são realizadas as atividades de apoio à produção das empresas de calçados, contratadas especialmente para efetuar tarefas de preparação e costura. Esse tipo de contrato é desfavorável aos ateliês no que tange à negociação de preços, prazos e condições de entrega, etc. Além disso, as empresas repassam aos ateliês ou bancas domiciliares as exigências de qualidade que recebem dos compradores, muitas vezes colocando supervisores para controlar o trabalho na casa dos operários da seção fabril externa.

Este tipo de recurso é disseminado entre produtores de calçados e é efetuado, em geral, por ex-trabalhadores da indústria. As múltiplas facetas que essa forma de trabalho adquire passam por microempresas familiares, regularizadas ou não, com o uso intensivo de trabalho feminino e infanto-juvenil, de maneira a reduzir custos de produção, na medida em que a remuneração que as empresas contratantes destinam a esses ateliês é recorrentemente baixa, tornando a produção mais competitiva frente às exigências mercado.

Por outro lado, entre as soluções propostas a este quadro de alto desemprego, estaremos nos atendo, nesta pesquisa, aos elementos que se entrecruzam a dinâmica dos trabalhadores domiciliares, informalizados e subcontratados nesse processo.

TRABALHO DOMICILIAR COMO FORMA PARTICULAR DA INFORMALIDADE

A informalidade do trabalho é um fenômeno que pode ser considerado relativamente antigo no mundo do trabalho. Segundo Tavares (2002) há uma dualidade e heterogeneidade do mercado de trabalho, em que ajustes estruturais impostos à economia pela acumulação flexível levam transformações, que pode ser apontada uma tendência expansionista desse tipo de trabalho. Segundo a autora, a própria estrutura do capital estabelece a existência de empregos, sem contudo os

trabalhadores que participam desse processo estarem à margem do capital, na razão direta em que tal artifício é mediada pelos processos de terceirização, vinculando-se diretamente ao capital.

A força de trabalho, assim, insere-se no mercado e é submetida às suas variações, ora sendo comprada, ora sendo preterida. Esse fenômeno se dá tanto para o trabalhador “autônomo” como para o pequeno proprietário subcontratado que, apesar da relativa aparência de independência, são sim explorados pelo grande capital geralmente em condições de severa precariedade. Um aspecto importante acerca da informalidade é a adoção no debate econômico dominante sobre o tema, de discutir essa questão não como trabalho, mas como pequena ou micro empresa, o que, segundo Tavares (2002), facilita-se negação da produtividade de certos trabalhos realizados informalmente.

A chamada autonomia do trabalho está diretamente ligada aos problemas do desemprego estrutural gerado pela crise do capital e, por sua vez, às diversas modalidades de informalidade do trabalho. No entanto, deve ficar claro que o conceito de informalidade é, para Malaguti (2000), um complexo de relações muito mais profundo do que simplesmente a categorização de setores em formal ou informal, devendo-se levar em conta a marginalização promovida pelo desemprego estrutural, bem como as relações obnubiladas ou invisíveis que perpassam as relações salariais de trabalho.

Essas transformações configuram-se no que Cacciamali (2000) denomina *processo de informalidade*, ou seja, essas mudanças estruturais em andamento na economia redefinem as formas de inserção dos trabalhadores na produção, reorganizando o trabalho assalariado, metamorfoseando a forma de ser do trabalho.

Dentro desse complexo em que os chamados trabalho formal e informal são interconectados, faz dessa processualidade uma dinâmica que se guia por múltiplos elementos da precarização. Segundo Alves e Tavares (2006) os trabalhadores assalariados sem registro bem como os trabalhadores por conta própria formam uma grande parcela do proletariado brasileiro. Pode-se afirmar, assim, que a compra e venda da força de trabalho, seja ela mascarada pelos diversos modos de *autonomia*, ou seja, formalmente assalariada, continua sendo o fundamento da produção de capital (ALVES e TAVARES, 2006).

Esse processo de flexibilização, especialmente no que diz respeito à informalidade do trabalho, tem gerado bastante debate quanto a definição mesma do que seja trabalho a domicílio. O trabalho a domicílio é caracterizado como a produção de bens ou serviços efetivado por um indivíduo, em seu domicílio ou em lugar de sua escolha, em troca de salário, sob a especificação de um contratante ou intermediário (LAVINAS *et alli*, 2000).

Mais que um elemento definidor, é importante compreender o trabalho a domicílio como um recurso histórico e definidor das relações de produção capitalista, que sempre busca o rebaixamento da remuneração dos operários. Se o trabalho domiciliar é preexistente ao modo de produção capitalista, este o metamorfoseia, utilizando-o como um recurso atual para sua reprodução

Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio moderna se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país (MARX, 1994, p.529).

É com esse objetivo de rebaixamento do preço da força de trabalho que o setor calçadista da cidade de Nova Serrana utiliza o trabalho domiciliar. Segundo Suzigan *et alli* (2005) o município de Nova Serrana tem pouco mais de 40 mil habitantes com a uma taxa extremamente alta, girando em de 8%, o que indica um destacado movimento migratório estimulado pela criação de emprego especialmente no setor calçadista.

No que tange à distribuição dos tamanhos dos empreendimentos, Suzigan *et alli* (2005) afirmam que há uma predominância de micro e pequenas empresas com cerca de 70,5% dos estabelecimentos de calçados e congêneres, empregando até 9 pessoas no município de Nova Serrana, existindo somente 7 empresas com mais de 100 trabalhadores. Essas empresas produzem um total aproximado de 330 mil a 350 mil pares/dia, sendo sua quase totalidade tênis, indicando alta especialização do sistema local nesse tipo de calçado, ou cerca de a 55% da produção nacional de tênis. Ainda segundo esse autores, existe um número elevado de microempresas informais fabricando tênis falsificados que, mesmo tendo reduzida a quantidade de falsificações em relação ao passado, é um elemento de destaque na imagem da indústria de calçados de Nova Serrana.

Cabe destacar, ainda, que o envolvimento e recrutamento dos trabalhadores tanto na indústria calçadista do município quanto nos ateliês residenciais dá-se de maneira também informal. Segundo Enoque (2003) há predominância da indicação de parentes, amigos e vizinhos para as atividades que envolvem esse setor.

Considerando os apontamentos anteriores, buscamos expor os trabalhadores domiciliares nesta conjuntura em que há um grande refluxo do movimento operário, em que o desemprego e as alternativas a ele são um dos principais temas da atualidade.

Referências

- ABREU, Alice; SORJ, Bila. (orgs.) *O Trabalho Invisível: Estudos Sobre o Trabalho a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.
- ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425–444..
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e o processo de informalidade. In. *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 14, p. 152-174, jun. 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CROCCO, Marco; SANTOS, Fabiana; SIMÕES, Rodrigo; HORÁCIO, Francisco. O arranjo produtivo de Nova Serrana. In.: TIRONI, Luis Fernando. *Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais*. Brasília: IPEA, 2001.
- ENOQUE, Alessandro Gomes. *A fábrica e a casa: configurações do trabalho na indústria calçadista de Nova Serrana-MG*. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2003.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LAVINAS, Lena. SORJ; Bila; BARSTED; Leila Linhares; JORGE; Ângela. Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade. Rio de Janeiro:IPEA, 2000. (Textos para discussão n. 717).
- MALAGUTI, Manuel Luiz. *Crítica à razão informal: imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

- NAVARRO, Vera Lúcia. *Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RUAS, Roberto Lima ; ZAWISLAK, Paulo Antônio. A Externalização Produtiva no Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul: impactos sobre o emprego e qualificação. In: LEITE, Marcia de Paula; GITAHY, Leda. (Org.). *Novas Tramas Produtivas - Uma Discussão Teórico-Metodológica*. São Paulo: Senac São Paulo, 2005. p. 149-170.
- RUAS, Roberto Lima. Notas acerca das Relações entre Trabalho a Domicílio, Redes de Subcontratação e as Condições de Competição. In: ABREU, Alice; SORJ, Bila. (Org.). *O Trabalho Invisível*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- RUAS, Roberto Lima; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle. Competitividade e Estratégias de Gestão em Indústrias Tradicionais: Progressos e Limites Recentes. *Revista Ensaios (FEE)*, v. 1, p. 204-225, 1992.
- SUZIGAN, Willian; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio E. K. A indústria de calçados de Nova Serrana (MG). *Nova economia, Belo Horizonte*, vol. 15, n. 3, p. 97-116, 2005.
- TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fio (in)visíveis da produção capitalista. *Outubro*, São Paulo, n.7, p. 49 – 60, 2002.